



Assembleia Ordinária de Freguesia

ATA Nº 241/2025

Ao décimo oitavo dia do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e cinco, pelas vinte e uma horas, reuniu a Assembleia de Freguesia de Colares, na sua sede, na Avenida dos Bombeiros Voluntários, nº 77, Colares, em Sessão Ordinária, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

Ponto 1 – Apreciação da informação escrita do Presidente da Junta acerca das atividades e da situação financeira da Junta (ponto 2, alínea e) do artigo 9º da Lei 75/2013, de 12 de setembro); -----

Ponto 2 – Discussão e votação do Regimento da Assembleia de Freguesia de Colares para o quadriénio 2025-2029 (ponto 1, alínea a) do artigo 10º da Lei 75/2013, de 12 de setembro); -----

Ponto 3 – Discussão e votação da Proposta de Alteração do Regulamento e Tabela de Taxas (ponto 1, alínea d) do artigo 9º da Lei 75/2013 de 12 de setembro); -----

Ponto 4 – Discussão e votação das Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2026 (ponto 1, alínea a) do artigo 9º da Lei 75/2013 de 12 de setembro); -----

Ponto 5 – Aprovação do Mapa de Pessoal da Junta de Freguesia (ponto 1, alínea m) do artigo 9º da Lei 75/2013 de 12 de setembro); -----

A sessão foi presidida pelo Presidente da Mesa da Assembleia, Alcino Afonso Alves, acompanhado por Cláudia Lavrador da Nova Piteira (1º Secretário da Mesa) e por António Pedro Sequeira Louro (2º Secretário da Mesa), com o apoio da Assistente Técnica da JFC, Ana Madalena Castelhana Sandinha Sequeira. Esteve presente o Presidente da JFC, Pedro Filipe, e os restantes membros do Executivo. Todos os membros da AF estiveram presentes, tendo sido registada a falta justificada, por motivos de saúde, do eleito Rui Santos. --- O Presidente da Mesa, Alcino Alves, deu início à sessão cumprimentando todos os presentes. Endereçou um cumprimento especial à anterior Presidente, Maria Isabel Lobo de Almeida da Fonseca Nunes, presente na sala, afirmando ser uma responsabilidade e uma honra dar continuidade ao seu legado. Por ser a primeira sessão ordinária do mandato 2025-2029, sensibilizou para a importância da urbanidade, consciência democrática e diligência de todos os membros em prol da eficácia e do prestígio da Assembleia. Foi fixado o termo das sessões para as 00h00, no máximo. -----

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Inscreveu-se para usar da palavra o cidadão **Jorge Manuel de Almeida da Conceição Bernardo**, em representação da **Associação Finisterra**, que abordou os seguintes pontos: -----

1. Solicitou um ponto de situação sobre o Parque Natural Sintra-Cascais; lembrou que, na última sessão do mandato anterior, foi efetuado um requerimento formal para que a Assembleia interpelasse o Ministério do Ambiente sobre a possível orientação política de extinção do Parque Natural. Recordou que já em maio de dois mil e vinte e quatro esta Assembleia votou, por unanimidade, uma interpelação sobre o mesmo tema, mas que até à data não houve qualquer feedback. Insistiu na necessidade de confirmar se a pergunta foi efetivamente enviada e qual a resposta obtida, defendendo que um órgão eleito não pode ser ignorado pela tutela em questões de tamanha gravidade; -----

2. Alertou para uma intervenção de grandes proporções (estimada em um a dois hectares) na Rua Sá Carneiro, visível do lado esquerdo de quem desce de Janas em direção ao Mucifal, envolvendo corte de árvores e terraplanagens. Questionou o Executivo se estas movimentações confirmam a instalação de uma grande superfície comercial (Lidl) naquela área; -----

3. Denunciou um incidente ocorrido em Gouveia relativo ao abate ilegal de árvores, criticando a atuação do Estado e das forças de segurança. Relatou que a GNR, o SEPNA e a Polícia Municipal apresentaram três explicações contraditórias sobre o licenciamento e a natureza do terreno no mesmo local. Fez referência ao Vereador do Ambiente da CMS, que também recebeu informações contraditórias e referiu o desaparecimento de um auto de ocorrência. Apelou à vigilância cívica da AF sobre estas situações recorrentes na freguesia. -----

O Presidente da JFC, **Pedro Filipe**, usou da palavra para responder aos pontos levantados: -----

1. Relativamente ao Parque Natural, confirmou que, apesar das mudanças governativas e das diligências feitas, a JFC ainda não obteve qualquer resposta. Concordou com o interpelante, sublinhando que a autarquia tem o direito institucional a uma resposta concreta e que continuará a insistir no assunto; -----

2. Quanto à Rua Sá Carneiro, esclareceu que a intervenção mencionada se situa numa zona que já pertence à União de Freguesias de Sintra. No entanto, vai transmitir a preocupação ao Presidente Paulo Parracho e aconselhou a irem a uma Assembleia de Sintra; -----

3. Gouveia também não pertence a Colares. Informou que, quanto à desmatção no Alto da Praia Grande, está a decorrer uma limpeza de cerca de cinquenta hectares em terrenos recentemente adquiridos pela Câmara Municipal de Sintra. Referiu que, embora a intervenção seja vasta, a Junta presume que a mesma esteja devidamente licenciada. -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA (PAOD) -----

Dando continuidade aos trabalhos, o Presidente da Mesa informou que não há expediente e a aprovação da ata não se aplica nesta sessão. Seguidamente, deu a palavra aos membros da AF para apresentarem as suas propostas. -----

Maria José Costa (Chega) apresentou duas propostas para deliberação: -----

1. Proposta para uma melhor utilidade e dinamização do site da Junta de Freguesia de Colares: A proponente justificou a necessidade de criar separadores digitais específicos para cada força política representada na AF, onde será disponibilizado todo o acervo de informação (propostas, moções, atas, recomendações, etc.). Defendeu que esta medida reforça a democracia local, a transparência, o pluralismo democrático, o direito à informação dos fregueses e à participação cívica. -----

- **Nuno Cabanas (CDU):** Apresentou uma contraproposta no sentido de, em vez de separadores internos geridos pelo Executivo da JFC, serem disponibilizados apenas os contactos de e-mail e links para as páginas próprias de cada força política, responsabilizando assim as bancadas pela sua própria comunicação. -----
- **Bruno Correia (PS):** Concordou plenamente com a disponibilização dos documentos oficiais no site em nome da transparência. No entanto, considerou excessiva a criação de separadores individuais por partido, sugerindo em alternativa um separador único onde todos os documentos fossem publicados por ordem cronológica, por sessão, devidamente identificados por autor. -----
- **Josué Mateus (PSD):** Considera a ideia interessante, mas defendendo que a organização deve ser centralizada num único repositório documental para facilitar a consulta pelos cidadãos. -----
- **Deliberação:** A proposta foi colocada a votação, tendo sido **aprovada por maioria**, com 9 votos a favor e 3 abstenções (PS, CDU e IL). -----

2. Proposta para a criação de celebrações anuais do 25 de Novembro na Freguesia de Colares: A eleita do Chega defendeu a importância histórica da data para a consolidação da democracia e do pluralismo político em Portugal,

propondo que a JFC procedesse a celebrações solenes com o hastear da bandeira portuguesa e a audição do hino nacional. -----

- **Nuno Cabanas (CDU):** O voto será contra. Não acham bem celebrar o 25 de novembro sem celebrar o 25 de abril. -----
- **Bruno Correia (PS):** Manifestou o voto contra da sua bancada, argumentando que, embora a data tenha relevância, o 25 de Abril de 1974 é a data fundadora única da democracia. Sublinhou que, não havendo tradição de celebrações oficiais do 25 de Abril em Colares, seria incoerente e uma inversão da hierarquia histórica instituir apenas as celebrações do 25 de novembro. -----
- **Josué Mateus (PSD):** Alinhou na oposição à proposta, referindo que a política de freguesia deve focar-se em questões de interesse direto da comunidade. Acha desadequado replicar na política local um formato de política nacional. Salientou que a JFC não realiza cerimónias para outras datas cívicas nacionais (como o 5 de outubro ou o 1º de Dezembro), pelo que instituir o 25 de novembro isoladamente quebraria o princípio de proporcionalidade e neutralidade. -----
- **Deliberação:** A proposta foi colocada a votação, tendo sido rejeitada, com 2 votos a favor (Chega), 9 votos contra (PS, PSD e CDU) e 1 abstenção (IL). --

Depois de apresentadas e votadas as propostas, o Presidente da Mesa deu seguimento à sessão e deu a palavra aos membros da AF que se inscreveram para intervir: -----

Nuno Cabanas (CDU): -----

1. Alertou para o estado crítico da iluminação pública na zona sul da freguesia, referindo que as falhas se prolongam por semanas; -----
2. Questionou se o Executivo pretende erradicar o uso de glifosato na deservagem; -----
3. Pediu informações sobre o concurso da loja 3 do Mercado de Almoçageme;
4. Apontou a falta de drenagem no miradouro da Azóia, que causa inundações constantes; -----
5. Solicitou esclarecimentos sobre o destino do edifício do SEF e do edifício abandonado na Praia das Maças; -----
6. Perguntou se houve algum reforço na recolha dos lixos orgânicos, que se arrasta há muito tempo; -----
7. Gostava de saber se há novidades da requalificação do Castelo de Colares;
8. Alertou para o perigo de queda de árvores na via pública, que tem acontecido com alguma frequência. -----

Bruno Correia (PS): Questionou o executivo sobre os motivos da não realização do mercado de Natal na Praia das Maçãs e alertou para a necessidade de limpeza da ciclovia junto ao antigo parque de campismo da Praia Grande, onde o crescimento de arbustos está a condicionar a circulação.

Respostas do Presidente da JFC (Pedro Filipe): -----

1. Quanto à iluminação, classificou como uma "vergonha" o serviço da e-redes, dando o exemplo de uma rua que esteve seis meses sem luz. Informou que a JFC está a pressionar a CMS para intervir junto da operadora; -----

2. Sobre o glifosato, afirmou que a JFC reduziu o uso, mas que a eliminação total é difícil por falta de meios financeiros e humanos para munda manual em toda a freguesia; -----

3. Relativamente à loja 3 do Mercado de Almoçageme, informou que houve quatro concorrentes e a licitação foi ganha por um projeto já em avaliação.----

4. Sobre o miradouro da Azóia, esclareceu que o sumidouro está lá há muitos anos, depende da intervenção dos SMAS Sintra, que têm que o desobstruir, uma vez que a CMS não conseguiu; -----

5. Descreveu o edifício da Praia das Maçãs como um "mamarracho", um imbróglio jurídico antigo - estão à espera para ver o que vai dar. Lamentou o facto de a JFC não ser ouvida para nada e espera que, com o novo Executivo, haja mais abertura para partilhar opiniões e ideias. Informou que o edifício do SEF, tal como já tinha falado com Vereador Quinta Nova e agora com a Vice-Presidente da CMS, é um local muito interessante para a nossa área social. Contudo, é da Irmandade de São João de Deus e continua arrendado ao SEF;

6. Sobre o lixo, a nova direção dos SMAS Sintra está empenhada em adquirir novas viaturas para resolver este problema. Tem que haver fiscalização e câmaras de vigilância, continua a ser a nossa opinião; -----

7. Acerca do Castelo de Colares, a competência é da CMS, os arqueólogos andaram lá, interromperam as obras e estamos à espera até hoje, o que é uma grande falta de respeito; -----

8. Quanto à queda de árvores, criticou as restrições do ICNF que impedem cortes preventivos, resultando em quedas perigosas como a de ontem, na Eugaria, em que só não houve uma desgraça por milagre. -----

Em resposta a Bruno Correia (PS), o Presidente da JFC justificou a ausência do Mercado de Natal com dificuldades logísticas na mudança de executivo camarário. O mercado de Natal é um evento que queremos que faça parte do nosso calendário. A CMS ajuda-nos sempre. O Executivo anterior não deixou verbas para as iluminações de natal. Fomos nós que avançámos sem saber se teríamos apoio, por isso não arriscámos. Em relação à ciclovia, agradeceu a informação, registou. -----

ORDEM DO DIA (OD) -----

Entrando no **Ponto 1** da Ordem do Dia (**Apreciação da informação escrita do**

Presidente da Junta acerca das atividades e da situação financeira da Junta), o Presidente da Mesa deu a palavra aos seguintes membros: -----

Maria José Costa (Chega) explicou que embora se reporte a um período em que o Chega ainda não estava representado na AF, consideram que se resume a um formato descritivo, não indica os custos associados a cada ponto. É importante, por uma questão de transparência, vir com um suporte financeiro. Questionou o seguinte: Ação Social: o apoio que foi dado de mil euros à AIPRM também foi dado à APRIA (de acordo com Princípio de Associativismo)? Desporto: apoio anual, SUC também recebeu? Espaços Verdes: quais careceram de manutenção e que verbas foram atribuídas para isso? Proteção Civil: apoio logístico às comemorações do 130º aniversário da AHBVA - qual a natureza deste apoio, o que foi concretamente? Homenagem aos Soldados, que evento é este? Estas verbas despendidas foram através de doação ou apoio social? Se foi apoio social, qual o benefício que a JFC aferiu com o apoio dado? É importante ter um relatório mais aprofundado e pormenorizado, por uma questão de transparência e do direito que os fregueses têm à informação. Também questionou o porquê da JFC ter quatro contas. Porquê três no Montepio Geral e uma na Caixa de Crédito Agrícola? Não podem estar todas na mesma instituição financeira? Cheques em trânsito - valores são em modo crédito ou são custos da JFC? Saldos bancários: a explicação não é clara. -----

Bruno Correia (PS) questionou o contrato 314/2025 (Higiene Urbana) – já se tinha perguntado anteriormente se a verba seria suficiente ou não para o contrato ter sucesso. Pede um ponto de situação, quer do ponto de vista financeiro, quer do operacional. -----

Nuno Cabanas (CDU) voltou a solicitar o que já tinha solicitado anteriormente: a discriminação do que é feito no protocolo de manutenção às escolas. Essa informação é importante para perceber se as verbas que nos são atribuídas para assumir essas responsabilidades têm cabimento suficiente ou não. Se assim não for, é impossível saber isso. -----

Carlos Santiago (Chega) É importante que haja mais transparência na informação, preocupa-se com falta de informação ou informação omissa. Reforçou o que a colega disse. -----

Respostas do Presidente da JFC (Pedro Filipe): Em resposta às questões de Maria José (Chega), explicou que a JFC atribui apoios a todas as associações da Freguesia, desde que façam prova de que têm a sua situação regularizada. O que atribuímos não é igual para todos, é um critério nosso enquanto Executivo. Não atribuímos o mesmo valor a uma coletividade que tem quatrocentos atletas e a outra que tem dez, mas não deixamos de apoiar nenhuma associação quando nos é solicitado. Atribuímos um valor fixo anual.

Contudo, damos apoio com a logística (palcos, autocarro, troféus, etc). Em relação à homenagem, explicou que a JFC é convidada pelo Regimento de Queluz para a homenagem que fazem anualmente aos vinte e cinco soldados que faleceram há sessenta anos num fogo, na serra, numa área que nos pertence. Para a explicação das quatro contas, deu a palavra ao **Secretário da JFC, Carlos Leiria**. Explicou que duas são de funcionamento normal, uma é onde temos uma aplicação financeira que os mais antigos sabem do que se trata e a outra foi aberta na Caixa de Crédito Agrícola porque não cobram comissões. Quanto aos cheques, são pagamentos que estão em trânsito. A JFC não tem dívidas a ninguém, a não ser as que decorrem do funcionamento do dia-a-dia. -----

Em resposta a Nuno Cabanas (CDU), o **Presidente da JFC, Pedro Filipe**, disse que está a ser feito um levantamento dos tickets e reconhece que está em falta. Futuramente, vai ter o pedido em conta. Informou que o dinheiro que recebíamos da CMS, do anterior Executivo, muitas vezes não chegava para os serviços que as escolas precisavam, mas nunca deixaram de arranjar por isso. O novo Executivo já disse que vai reforçar a verba. -----

Em resposta a Bruno Correia (PS) disse que o contrato da Higiene e Limpeza foi celebrado com a CMS, já sabiam que era um cálice envenenado e, apesar de dentro do Executivo haver opiniões contrárias à sua, parece-lhe que a nossa proximidade é uma vantagem para sermos nós a fazer esse serviço. Somos mais rápidos. -----

Ponto 2 (Regimento da AFC para o quadriénio 2025-2029): O Presidente da Mesa, Alcino Alves, propôs aprovar o Regimento transitado do mandato anterior, com o compromisso de agendar uma sessão extraordinária para revisão a 12 de fevereiro de 2026. Foi solicitado o envio de propostas até 31 de janeiro, para que todos possam analisar atempadamente. -----

Votação: Aprovado com 9 votos a favor e 3 abstenções (Chega e IL).

Entrando no **Ponto 3** da Ordem do Dia (**Proposta de Alteração do Regulamento e Tabela de Taxas**), o Presidente da Mesa, Alcino Alves, deu a palavra aos membros que solicitaram intervenção: -----

Nuno Cabanas (CDU): gostavam de saber em que principio assenta a alteração das taxas. Teve a ver com a taxa de inflação? Alguma justificação que sustente a proposta agora apresentada? -----

Bruno Correia (PS): só tem uma dúvida – taxa de ocupação do subsolo na Praia das Maças. Já existia? -----

Carlos Santiago (Chega): as tabelas das taxas, quer a que está em vigor quer a que se propõe, deviam vir acompanhadas de um estudo que explicasse as

alterações. Desta forma, não demonstram o princípio da equivalência jurídica. Defendem que para se aferir de uma forma explícita, sem haver informação omissa, devem ter esse estudo disponível. -----

Respostas do Presidente da Junta (Pedro Filipe): Em resposta às dúvidas levantadas, o Presidente explicou que a proposta de alteração à tabela de taxas tem a ver com a inflação, mas não só. Deu o exemplo concreto do Mercado de Santo André, onde a Junta realizou um investimento grande em reabilitação e o aumento aplicado na taxa foi dez euros, superior à inflação. Têm condições diferentes das de um terrado, têm água e luz. -----

Seguidamente explicou a Carlos Santiago (Chega) que a proposta de alteração assenta sobretudo na taxa de inflação. -----

Informou Bruno Correia (PS) que o subsolo da Praia das Maças já lá está há 40 anos, refere-se ao quiosque que era do Manel. O edificado não é nosso, só o subsolo. -----

Votação: Terminada a discussão, a proposta de alteração à tabela de taxas foi colocada a votação, tendo sido **aprovada** por maioria, com os votos a favor das bancadas do PSD e da IL, as abstenções das bancadas do PS e Chega e o voto contra da CDU.

Entrando no **Ponto 4** da Ordem do Dia (**Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2026**), o Presidente da Mesa, deu a palavra aos membros que se inscreveram para intervir: -----

Nuno Cabanas (CDU): gostavam de perceber se neste orçamento os critérios de atribuição já foram mais justos para as freguesias, consideram que temos sido prejudicados na medida em que até aqui os critérios de atribuição de orçamento à JFC não associavam a baixa densidade populacional à sua dimensão geográfica. -----

Carolina Eça (IL): informou que o IL vota a favor do orçamento para o ano 2026. Não obstante, considera pouco ambicioso. Pensa que é importante criarmos riqueza na freguesia e não depender do valor que nos é atribuído. Acha importante desenvolver o turismo, o vinho, os pomares, as arribas, a serra. Temos muito apoio social, mas acha que há outras questões importantes para além dessa área. O associativismo e a dinamização comunitária precisam de mais investimento. Acha que o site é um bom meio para explorar esta parte.

Bruno Correia (PS): Vai ao encontro do que disse Nuno Cabanas. É importante alterar os parâmetros do financiamento da Freguesia de Colares. Neste momento estão reunidas as condições ideais - a JFC tem um canal de comunicação privilegiado com a CMS. Segundo as contas, 87,6% das receitas são externas. Pode não ser esta exatamente a taxa e a culpa não é de

ninguém, mas é uma dependência muito grande. Questão concreta com a despesa – rubrica 226 – locação de material de transporte vinte e um mil euros - o que é? Rubrica 22201 – Gestão de redes sociais – despesa programada? --

Carlos Santiago (Chega): Orçamento com perfil de hipertrofia nas despesas correntes. 85% da despesa total, principalmente na aquisição de bens e serviços. Dentro da despesa global cerca de 60% do total e mais de dois terços da própria despesa corrente, com um peso significativamente superior ao das despesas com o pessoal, que se situam em torno dos 24% e com um investimento estrutural residual. Despesa de capital com apenas 14% de investimento. Mantém-se as despesas correntes mas não se faz novo investimento na Freguesia. -----

Josué Pires (PSD): Tendo em conta as características da Freguesia e a forma como nos relacionamos e dependemos de transferências provenientes da CMS, com a quantidade de despesas fixas que temos, é importante trabalharmos para gerar riqueza. No ponto da Higiene – monos e lixo espalhado – não é um bom cartão de visita da freguesia. Reforçar junto da CMS, agora com um novo Executivo, para termos um ponto de recolha desses lixos. Outro ponto importante é a ajuda que a JFC tem dado ao nível da Ação Social, deve continuar. -----

De seguida, o Presidente da Mesa deu a palavra a **Carlos Leiria, Secretário do Executivo**, que respondeu às questões colocadas. Começou por sublinhar que o orçamento para o próximo ano apresenta uma diminuição de cerca de setenta mil euros em relação ao ano anterior. As duas rubricas que “roubam” dois terços de um bolo são o Contrato de Higiene e Limpeza e a despesa com o pessoal. As despesas de capital não chegam a 15%. A criação de riqueza só pode vir daqui. Exemplo de por que é que só 68.000,00€ a menos: porque as receitas próprias que a JFC vai conseguir tiveram um acréscimo de cerca de trinta mil euros. Virão das taxas aprovadas para o investimento que foi feito. Exemplo: Mercado de Santo André – cem mil euros. Outro exemplo: cancelas do parque do Mercado da Praia das Maças – só funcionam no verão, mas é uma receita significativa para a nossa pequenez. São dois exemplos de como criar riqueza. Se as despesas são maiores, quem sofre é o investimento. Receitas de transferências correntes (Estado e CMS). Este orçamento foi elaborado no pressuposto de que o montante é exatamente igual ao de 2025. Contudo, a CMS disse ao Presidente que em abril vai rever este processo. ----- Em relação à locação é para comprar um carro para o Presidente da Junta e quanto à comunicação, estamos com alterações a nível do site e das redes sociais. -----

Votação: Aprovado com 5 votos a favor (PSD e IL) e 7 abstenções (PS, Chega e CDU). -----

Entrando no **Ponto 5** da Ordem do Dia (**Mapa de Pessoal**), o Presidente da Mesa deu a palavra aos membros que a solicitaram. -----

Maria José (Chega): solicitou esclarecimentos sobre a composição do mapa – doze postos de trabalho, cinco com termo resolutivo (41,7% do pessoal). Tendo em conta que o mapa não foi fundamentado com uma justificação para um nível tão elevado de precaridade, o Chega considera uma má prática de gestão de recursos humanos. O mapa também devia ser acompanhado de um gráfico com os gastos totais com o pessoal. Questionou qual a diferença prática e jurídica entre os postos de técnicos superiores e os de assistentes operacionais no que toca à estabilidade dos vínculos com a autarquia. Consideram que o mapa é pouco esclarecedor em várias rúbricas. -----

Nuno Cabanas (CDU): saudou o Executivo por ter apresentado o orçamento com o mapa de pessoal e com as taxas, tal como tinha sido solicitado. Gostava de saber o que é que o Executivo acha do mapa de pessoal, se as pessoas são suficientes para dar resposta às competências e responsabilidades da JFC. -----

Pedro Filipe, Presidente da JFC, esclareceu que o Mapa de Pessoal tanto contempla funcionários efetivos do quadro da JFC como profissionais que colaboram através de protocolos temporários celebrados com os SMAS (monos) e com a CMS, como é o caso das assistentes sociais. Uma delas é subsidiada pela CMS e a outra contratada e custeada por nós (tarefeira), tendo em conta que a ação social é uma área que, infelizmente, é muito solicitada. A psicóloga faz parte do nosso quadro e a assistente social está ao abrigo do protocolo com a CMS. **Carlos Leiria, Secretário da JFC,** manifestou a preocupação com a dificuldade recorrente no recrutamento para áreas operacionais críticas. Revelou que a JFC já abriu cinco concursos para a vaga de coveiro e que não houve candidatos, classificando esta como uma carência de difícil resolução. -----

Pedro Filipe, Presidente da JFC, retomou a palavra e esclareceu que estão muito satisfeitos com o pessoal que têm, mas nunca são de mais, vão surgindo novas coisas para fazer e os recursos são sempre poucos. -----

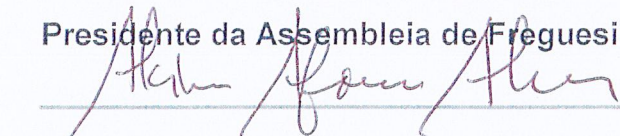
Maria José (Chega): solicitou esclarecimentos sobre o que significa pessoal em funções em três rúbricas do mapa. -----

Carlos Leiria, Secretário da JFC, esclareceu que a JFC toma conta de 9 wc's e as pessoas que tomam conta delas não são funcionárias da JFC. São os encargos que decorrem dessas pessoas. -----

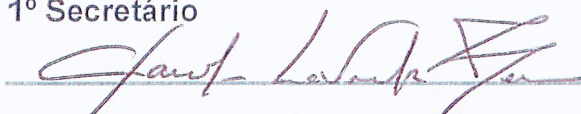
Votação: Aprovado por maioria, com 11 votos a favor (bancadas do PSD, PS, IL e Chega) e 1 abstenção da bancada da CDU. -----

O **Presidente da Mesa, Alcino Alves**, agradeceu a presença de todos e, deu por encerrada a sessão quando eram vinte e três horas e trinta minutos. Dela se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelos membros que constituíram a Mesa nesta sessão e pela Assistente Técnica da JFC que a redigiu com base no áudio e nas notas tiradas na reunião. -----

Presidente da Assembleia de Freguesia


Alcino Afonso Alves

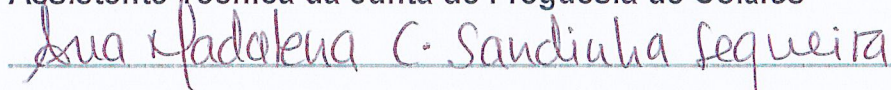
1º Secretário


Cláudia Lavrador da Nova Piteira

2º Secretário


António Pedro Sequeira Louro

Assistente Técnica da Junta de Freguesia de Colares


Ana Madalena Castelhana Sandinha Sequeira

APROVADA A:

12 / 12 / 2026